



Apresentado em  
Data 30/09/25

ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL  
CASA CIVIL

Andréia Ribeiro  
Secretaria Legislativa  
26/09/25

MENSAGEM Nº 035/2025

Porto Nacional - TO, em 26 de setembro de 2025.

A Sua Excelência

Sr. Silvaney Rabelo.

Presidente da Câmara Municipal

**APROVADO EM  
VOTAÇÃO ÚNICA**  
DATA 09/10/25

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação desta Egrégia Câmara Municipal, o Projeto de Lei nº 027/2025, que: **“Dispõe sobre a autorização ao Chefe do Poder Executivo do Município de Porto Nacional para aderir ao Programa Nacional de Governança das Execuções Fiscais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), institui o Mutirão de Negociações Fiscais e adota outras providências”**.

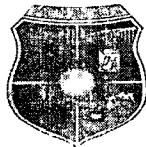
O projeto destina-se a permitir que o Município de Porto Nacional possa aderir ao **Programa Nacional de Governança das Execuções Fiscais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, possibilitando a realização do **Mutirão de Negociações Fiscais** no âmbito municipal.

A iniciativa visa promover a regularização de créditos fiscais e não fiscais, inscritos ou não em dívida ativa, bem como de débitos em fase judicial ou administrativa, mediante conciliações, parcelamentos e descontos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CNJ e com as necessidades da Administração Municipal.

Com a implantação do mutirão, busca-se:

- Incentivar a quitação voluntária de débitos pelos contribuintes;
- Reduzir o volume de execuções fiscais em trâmite perante o Poder Judiciário;
- Ampliar a arrecadação municipal de forma célere e eficiente;
- Reforçar a política de recuperação de crédito tributário e não tributário;
- Garantir maior efetividade ao princípio da eficiência administrativa.

Destaca-se ainda que a proposta contempla a previsão de **honorários advocatícios fixados em 5% (cinco por cento)** sobre o valor negociado, a serem recolhidos juntamente com a



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL  
CASA CIVIL

---

primeira parcela ou com o pagamento à vista. Essa medida tem fundamento na necessidade de valorização da atuação jurídica municipal, além de estar em conformidade com o art. 85 do Código de Processo Civil e com a jurisprudência consolidada acerca da fixação de verba honorária em casos de conciliação e negociação fiscal.

O dispositivo, ao mesmo tempo em que resguarda a justa remuneração dos serviços jurídicos prestados no âmbito do mutirão, não compromete a atratividade das condições oferecidas aos contribuintes, uma vez que os benefícios de descontos em multas, juros e correção monetária superam o impacto percentual dos honorários.

Por fim, ressalta-se que o Projeto de Lei também disciplina a participação de servidores municipais no esforço do mutirão, com previsão de gratificação proporcional ao êxito arrecadatório, reforçando a seriedade e a efetividade da iniciativa.

Diante do exposto, entendemos que a presente proposição atende ao interesse público, promove a justiça fiscal e fortalece a eficiência da Administração Municipal, motivo pelo qual submetemos o Projeto de Lei à apreciação desta Egrégia Câmara Municipal, confiando em sua aprovação.

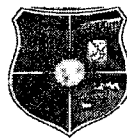
Diante da relevância da matéria, solicito, nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a tramitação do Projeto em **REGIME DE URGÊNCIA**.



RONIVON MICHEL GAMA

**Prefeito Municipal**

BÁRBARA THIEELCY CLEMENTINO PUGAS  
**CHEFE DE CASA CIVIL**



**Prefeitura Municipal de Porto Nacional-TO**  
**CASA CIVIL**

Avenida Murilo Braga, nº 1.887, Centro, Porto Nacional-TO, CEP 77500-000  
Tel. (63) 3363.6000, email: [casacivilporto@gmail.com](mailto:casacivilporto@gmail.com)

---

**PROJETO DE LEI Nº. 027, DE 26 DE SETEMBRO DE 2025.**

---

**“Dispõe sobre a autorização ao Chefe do Poder Executivo do Município de Porto Nacional para aderir ao Programa Nacional de Governança das Execuções Fiscais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), institui o Mutirão de Negociações Fiscais e adota outras providências”.**

Eu, **PREFEITO DE PORTO NACIONAL**, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

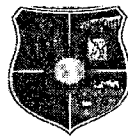
**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Nacional de Governança das Execuções Fiscais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com vistas à promoção de conciliações, à extinção de ações judiciais de cobrança e à negociação de débitos em fase administrativa, nos termos desta Lei.

**Parágrafo único.** Os benefícios desta Lei poderão ser antecipados ou estendidos, por ato do Chefe do Poder Executivo, independentemente da realização conjunta com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Art. 2.º** Integram o Mutirão de Negociações Fiscais os créditos fiscais e não fiscais do Município de Porto Nacional, inscritos ou não em dívida ativa e ajuizados ou não para cobrança judicial, observados os seguintes parâmetros:

**I** – Créditos tributários cujo fato gerador tenha ocorrido até o último dia do penúltimo mês anterior ao início do mutirão;

**II** – Créditos não tributários decorrentes de multas por descumprimento de obrigação acessória e multas aplicadas no exercício do poder de polícia fiscalizatório, vencidos até o último dia do penúltimo mês anterior ao início do mutirão.



**Prefeitura Municipal de Porto Nacional-TO**  
**CASA CIVIL**

Avenida Murilo Braga, nº 1.887, Centro, Porto Nacional-TO, CEP 77500-000  
Tel. (63) 3363.6000, email: [casacivilporto@gmail.com](mailto:casacivilporto@gmail.com)

**Art. 3º** O período de vigência do mutirão será estabelecido em conjunto com a Central de Execuções Fiscais da Comarca de Porto Nacional e divulgado por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 4º** Durante o período de conciliação, os créditos de impostos, taxas e contribuições terão a seguinte redução de multas e juros:

**I** - 100% (cem por cento), para pagamento à vista;

**II** - 95% (noventa e cinco por cento), para pagamento em até 6 (seis) parcelas;

**III** - 90% (noventa por cento), para pagamento em até 12 (doze) parcelas;

**IV** - 85% (oitenta e cinco por cento), para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas;

**V** - 80% (oitenta por cento), para pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas;

**VI** - 75% (setenta e cinco por cento), para pagamento em até 48 (quarenta e oito) parcelas;

**VII** - 70% (setenta por cento), para pagamento em até 60 (sessenta) parcelas;

**VIII** - 65% (sessenta e cinco por cento), para pagamento em até 100 (cem) parcelas.

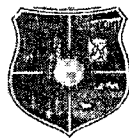
**§1º** As despesas relativas a custas processuais dos procedimentos em execução fiscal serão suportadas pelo contribuinte, na forma da legislação aplicável.

**§2º** Sobre o valor final negociado incidirão honorários advocatícios fixados em 5% (cinco por cento), a serem recolhidos juntamente com a primeira parcela ou com o pagamento à vista.

**§3º** Em caso de inadimplemento do parcelamento, os honorários incidirão sobre o valor total remanescente, incluindo juros e multa, descontados os valores eventualmente pagos.

**§4º** Os créditos de multas formais por descumprimento de obrigações acessórias e de multas aplicadas no exercício do poder de polícia terão a seguinte redução:

**I** - 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, para pagamento à vista;



**Prefeitura Municipal de Porto Nacional-TO**  
**CASA CIVIL**

Avenida Murilo Braga, nº 1.887, Centro, Porto Nacional-TO, CEP 77500-000  
Tel. (63) 3363.6000, e-mail: [casacivilporto@gmail.com](mailto:casacivilporto@gmail.com)

---

**II – 25% (vinte e cinco por cento), para pagamento em até 6 (seis) parcelas;**

**III – 20% (vinte por cento), para pagamento em até 12 (doze) parcelas;**

**IV – 15% (quinze por cento), para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas;**

**V – 10% (dez por cento), para pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas;**

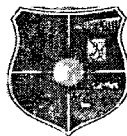
**VI – 5% (cinco por cento), para pagamento em até 48 (quarenta e oito) parcelas.**

**§5º** O desconto previsto no §4º incide sobre os juros e a correção monetária das multas formais por descumprimento de obrigações acessórias e das multas aplicadas pela fiscalização no exercício do poder de polícia.

**Art. 5º** O parcelamento, quando requerido pelo interessado, poderá ser realizado nos seguintes limites de valores e condições:

**I – Para contribuintes pessoas físicas:**

- a)** Acima de R\$ 50,00 (cinquenta reais) até R\$ 1.000,00 (mil reais): máximo de 12 (doze) parcelas, com entrada;
- b)** Acima de R\$ 1.000,00 (mil reais) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais): máximo de 18 (dezoito) parcelas, com entrada;
- c)** Acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): máximo de 24 (vinte e quatro) parcelas, com entrada;
- d)** Acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais): máximo de 36 (trinta e seis) parcelas, com entrada;
- e)** Acima de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) até R\$ 90.000,00 (noventa mil reais): máximo de 48 (quarenta e oito) parcelas, com entrada mínima de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento);
- f)** Acima de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): máximo de 60 (sessenta) parcelas, com entrada mínima de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento);



**Prefeitura Municipal de Porto Nacional-TO**  
**CASA CIVIL**

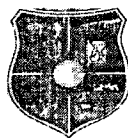
Avenida Murilo Braga, nº 1.887, Centro, Porto Nacional-TO, CEP 77500-000  
Tel. (63) 3363.6000, e-mail: [casacivilporto@gmail.com](mailto:casacivilporto@gmail.com)

- 
- g) Acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): máximo de 72 (setenta e duas) parcelas, com entrada mínima de 5% (cinco por cento);
  - h) Acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): máximo de 100 (cem) parcelas, com entrada mínima de 10% (dez por cento).

**II – Para contribuintes pessoas jurídicas:**

- a) Acima de R\$ 50,00 (cinquenta reais) até R\$ 1.000,00 (mil reais): máximo de 6 (seis) parcelas, com entrada;
- b) Acima de R\$ 1.000,00 (mil reais) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais): máximo de 12 (doze) parcelas, com entrada;
- c) Acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): máximo de 18 (dezoito) parcelas, com entrada;
- d) Acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais): máximo de 24 (vinte e quatro) parcelas, com entrada;
- e) Acima de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais): máximo de 36 (trinta e seis) parcelas, com entrada;
- f) Acima de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) até R\$ 90.000,00 (noventa mil reais): máximo de 48 (quarenta e oito) parcelas, com entrada;
- g) Acima de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): máximo de 60 (sessenta) parcelas, com entrada mínima de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento);
- h) Acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): máximo de 72 (setenta e duas) parcelas, com entrada mínima de 5% (cinco por cento);
- i) Acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): máximo de 100 (cem) parcelas, com entrada mínima de 10% (dez por cento).

**Art. 6º** A adesão ao Programa implica em confissão irrevogável e irretratável do débito, aceitação plena das condições fixadas nesta Lei e desistência de ações ou recursos administrativos e judiciais.



**Prefeitura Municipal de Porto Nacional-TO**  
**CASA CIVIL**

Avenida Murilo Braga, nº 1.887, Centro, Porto Nacional-TO, CEP 77500-000  
Tel. (63) 3363.6000, e-mail: [casacivilporto@gmail.com](mailto:casacivilporto@gmail.com)

**Art. 7º** O optante será excluído do Programa em caso de inadimplência, fraude ou inobservância das condições estabelecidas, aplicando-se as consequências previstas nesta Lei.

**Art. 8º** Não haverá direito à restituição ou compensação de valores já pagos, inclusive honorários advocatícios e custas processuais quitadas anteriormente.

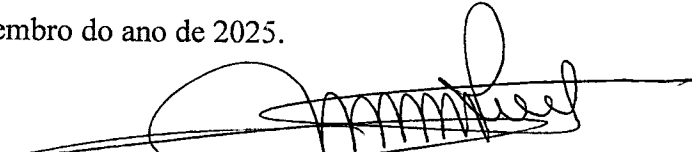
**Art. 9º** O Chefe do Poder executivo Municipal promulgará lista, a ser composta pela Chefia frente à Secretaria Municipal de Fazenda, contendo dos nomes dos servidores, membros do quadro do poder executivo municipal, que comporão o esforço de trabalho do mutirão de negociações fiscais.

**§ 1º** Os servidores que participarão do mutirão de negociações fiscais farão jus à uma gratificação de R\$ 800,00 (oitocentos reais), a ser paga no mês subsequente ao mês de início da realização do mutirão de negociações fiscais.

**§ 2º** O valor total dispendido com o pagamento da gratificação mencionada no §1º do Art. 11 deste decreto não poderá exceder 5% (cinco por cento) do valor arrecadado pelo município no mês de início da realização do mutirão de negociações fiscais.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, ESTADO DO TOCANTINS, aos 26  
dias do mês de setembro do ano de 2025.**



RONIVON MACIEL GAMA

**Prefeito Municipal**

**Apresentado em**  
**Data** 30/09/25

**BÁRBARA THIEELCY CLEMENTINO PUGAS**  
**CHEFE DE CASA CIVIL**

**APROVADO EM  
VOTAÇÃO ÚNICA**  
**DATA:** 02/10/25